

Política

PARTIDOS

Cúpula do PMDB vai debater dívida externa e mudanças nos cargos

por Valério Fabris de Brasília

A Executiva Nacional do PMDB reúne-se na próxima terça-feira para debater, entre outros temas, o rumo das negociações da dívida externa brasileira. Foi o que informou a este jornal o terceiro-vice-presidente do partido, senador Affonso Camargo (PR). Mas, ainda que não conste da pauta de debates, o preenchimento de dois cargos na cúpula nacional do partido igualmente será objeto de análise da direção pemedebista.

O primeiro e o segundo vice-presidente do PMDB, respectivamente Pedro Simon e Miguel Arraes, são hoje governadores dos estados de Pernambuco. O deputado federal Jorge Uequed (RS) encaminhou uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saber se, ao assumirem mandatos nos governos estaduais, Pedro Simon e Miguel Arraes teriam de renunciar aos cargos da Executiva do PMDB.

Caso a interpretação do Tribunal seja nesse sentido, o PMDB convocaria o seu diretório nacional para escolher os sucessores de Simon e Arraes. O próprio Affonso Camargo entende, todavia, que a tendência do TSE é de interpretar pela simples licença dos governadores na executiva partidária. Nessa hipótese, ascenderiam à primeira e segunda vice-presidência

os atuais terceiro-vice, o próprio Affonso Camargo, e o primeiro vogal, deputado Francisco Pinto (BA).

Affonso Camargo acredita que o desfecho será o licenciamento de Arraes e Simon com base em um pronunciamento do TSE há dois anos. O deputado Roberto Cardoso Alves (SP) havia, então, consultado o tribunal se o senador Affonso Camargo teria de renunciar a executiva do PMDB porque ocupava o comando do Ministério dos Transportes. Affonso Camargo acabou simplesmente licenciando-se, obedecendo a interpretação do TSE.

O propalado licenciamento do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, é uma cogitação que se tornou internamente inviabilizada, ainda de acordo com Affonso Camargo. "O doutor Ulysses já avisou que não deixa a presidência do PMDB", disse o senador paranaense. O temporário afastamento de Ulysses Guimarães, pelo menos até que se promulgue a nova Constituição, vinha sendo defendido pelo líder do PMDB no Constituinte, senador Mário Covas (SP), pelo senador José Richa (PR) e por Affonso Camargo (PR), entre outros.

Eles alegavam que Ulysses Guimarães está muito assobrado com o acúmulo de tarefas, uma vez que preside a Câmara dos Deputados e a Assembleia Constituinte.

CONSTITUINTE

Assembleia elege a Mesa, e o PFL recusa-se a participar

por Zanoni Antunes de Brasília

O Partido da Frente Liberal (PFL) ficou fora da Mesa Diretora dos Trabalhos da Assembleia Constituinte, ao negar-se ontem a participar de sua composição. Sem a presença do PFL em plenário, restou ao PMDB, como forma de contornar o impasse, compor-se com o PDS, PDT e PTB para preencher os cargos recusados pela Frente Liberal.

Depois da contagem em plenário dos 311 votos válidos, a mesa da Constituinte passou a ser composta pelo deputado Ulysses Guimarães (que já havia sido eleito); Mauro Benevides (PMDB-CE), primeiro-vice-presidente; Jorge Arbage (PDS-PA), segundo-vice-presidente; Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário; Mário Maia (PDT-AC), segundo-secretário; e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), terceiro-secretário. Suplentes, Benedita da Silva (PT), Luiz Soyer (PMDB) e Sotero Cunha (PDC-PL).

Quando o PMDB movimentava a sua liderança para saber se havia quórum para a votação, a bancada da Frente Liberal reuniu-se para fazer um exame da situação. O líder José Lourenço, após esse encontro, disse que o diretório nacional deverá ser convocado para analisar as reivindicações do partido,



José Lourenço

notadamente aquelas que pedem o rompimento da Aliança Democrática.

Lourenço disse ainda que vai comunicar ao presidente José Sarney, bem como aos ministros pefelistas, as manifestações de seus liderados. Nessa reunião chegou-se a pedir também a recusa da renúncia coletiva dos cinco ministros que o PFL tem no governo. Essas posições foram defendidas pelos deputados Humberto Souto (MG), Paulo Pimentel (PR) e Sandra Cavalcanti (RJ).

O rompimento da Aliança Democrática, no entanto, foi rechaçado por figuras importantes dentro do PFL, como o senador Carlos Chiarelli. Segundo ele, a Aliança Democrática existe para dar sustentação ao governo na execução de sua política, na esfera fede-

"Pouca relevância"

por Zanoni Antunes de Brasília

Com exceção da primeira vice-presidência, os cargos asperamente disputados pelo PMDB e pelo PFL na Mesa da Assembleia Constituinte têm pouca importância, isso deve-se ao fato de que as Mesas da Câmara e do Senado estão funcionando normalmente e movimentando os recursos e influências do Poder Legislativo, segundo assessores do Congresso.

A primeira vice-presidência — que foi reivindicada pelo PFL e acabou causando o impasse que levou o partido a não participar da Mesa — é de fundamental importância,

embora explicasse que não há um compromisso de posicionamento idêntico com relação a votações.

Chiarelli criticou os setores "radicais" do PMDB, que, no seu entender, impuseram uma estratégia fora dos princípios usuais da atividade parlamentar. De qualquer forma, o líder do PFL no Senado acredita que a Aliança Democrática "obviamente" vai ter alguma dificuldade quando for a plenário em outra oportunidade. "Vamos ter alguns problemas de ajustamento", admitiu.

Do lado do PMDB a reação foi de que o partido não pode ficar na dependência

MINISTÉRIO

Crise econômica tem prioridade sobre reforma, diz Sarney

por Edson Bêlo de Brasília

"Antes de resolver a crise econômica, não se fala em reforma ministerial", assegurou o presidente José Sarney, conforme relato dos governadores Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Alvaro Dias (Paraná) e Pedro Ivo (Santa Catarina). A afirmação, segundo os mesmos governadores, surgiu no momento em que eles colocaram o presidente inteiramente à vontade para promover uma possível reforma na sua equipe, com "isenção partidária e regional", levando em conta apenas o critério da "eficiência e da prioridade".

O gaúcho Pedro Simon disse que o presidente explicou que a prioridade do governo, agora, é ajustar a economia. O governador afirmou que saiu da audiência com Sarney convencido de que a reforma ministerial não será efetivada a curto prazo, como muitos imaginam. Pedro Ivo relatou também esse pensamento do presidente, que teria afirmado textualmente: "Não é hora de fazer reforma ministerial".

Sarney, conforme o governador, explicou que a nomeação de Aníbal Teixeira para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República ocorreu simplesmente em função da demissão de João Sayad. A indicação não deve ser entendida como o início de uma reorganização de sua equipe de auxiliares, observou Sarney aos seus interlocutores. O governador catarinense, após ouvir o presidente da República, colocou em dúvida até se a reforma ministerial seria feita ainda neste ano.

Na mesma linha, Alvaro Dias endossou a conclusão

de seu colega catarinense. Segundo acentuou, Sarney deixou muito claro a sua intenção de tratar dos problemas econômicos primeiro. Para atender especialmente às necessidades das classes produtoras, a definição de uma política econômica é fundamental para os empresários planejarem seus investimentos. A reforma ministerial pode esperar, teria justificado o presidente.

Pedro Simon acha perfeitamente possível superar a crise econômica sem mudar a equipe do governo. O importante, para isso, é o presidente ter confiança nos ministros, o que, segundo ele, ocorre atualmente. A superação da crise pode quebrar um círculo vicioso, sendo até desnecessário uma reforma depois.

Os três governadores saíram do gabinete presidencial pedindo amplo apoio ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e, particularmente, à decisão do governo de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Pedro Ivo anunciou que vai propor a Pedro Simon e a Alvaro Dias a feitura de uma moção de solidariedade ao ministro, na terça-feira, assinada pelos três. Simon criticou a atitude do PMDB, que, segundo ele, não está apoiando a moratória no grau desejado pelo Executivo. Uma manifestação mais enfusiva nesse sentido seria fundamental para os credores entenderem que a posição do governo brasileiro tem o respaldo da classe política e de toda a Nação, segundo Simon. No entanto, o governador gaúcho vê uma clara relação entre o comportamento do partido e a frustração da sociedade com o Plano Cruzado.

Na próxima terça, as comissões

por Francisco Stella Fogó de Brasília

A partir da designação dos membros das comissões, a Constituinte precisará de, no mínimo, 221 dias para cumprir as etapas previstas no regimento interno, conforme cálculos dos assessores do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

A nova constituição, de acordo com os cálculos, estaria concluída no final de outubro podendo então ser promulgada em 15 de novembro.

Os cálculos não consideram eventuais impasses nas votações. O deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) considera votações entre quinze e trinta dias e prevê que, na hipótese mais otimista, a constituição estaria concluída somente no dia 3 de dezembro.

A eleição da Mesa da Constituinte deu início ao prazo de 48 horas para a designação dos membros das comissões. Na próxima terça-feira, as comissões já

deverão estar constituídas. Até quinta-feira, as comissões deverão estar divididas em subcomissões. Na sexta-feira, serão eleitos os presidentes e relatores das comissões.

Somente na semana seguinte, no dia 8 de abril, as comissões começarão efetivamente a trabalhar. No total, elas terão 65 dias para encaminhar os anteprojeto à Comissão de Sistematização. Para apresentar parecer sobre as diversas propostas, sistematizadas, receber emendas e produzir novo parecer, a Comissão de Sistematização terá trinta dias. O projeto será, então, encaminhado à Mesa da Constituinte e ficará na ordem do dia para discussão em primeiro turno durante quarenta dias.

Depois desse prazo, no final de agosto, haverá trinta dias para apresentação de emendas pelo plenário da Constituinte por iniciativa popular. Propostas subscritas por mais de 30 mil eleitores e organizadas por pelo menos três entidades

associativas integrarão as emendas a serem incluídas no novo projeto pela Comissão de Sistematização.

A Comissão terá 25 dias para dar o parecer sobre as emendas. O projeto, as emendas e os destaques serão depois encaminhados à votação no primeiro turno. A Comissão de sistematização fará a nova redação do projeto de constituição para a votação em segundo turno. Terá dez dias para fazer esse trabalho. Durante 15 dias o novo projeto ficará na ordem do dia. As emendas apresentadas nessa fase receberão parecer da Comissão de Sistematização, que terá outros

Políticos dizem que as mudanças serão graduais

por Cecília Pires de Brasília

O presidente Sarney está procurando adiar a reforma ministerial. Ele quer ganhar tempo para encontrar um caminho seguro de sustentação política a seu governo, que passa pelo apoio dos governadores mas não pode transformar-se numa simples troca de nomes. Sarney teria negado, inclusive, um pedido de demissão feito pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, na última quarta-feira. Ele pediu prazo para a substituição. A informação foi prestada por um ministro com livre acesso ao gabinete presidencial ao deputado João Hermann (PMDB-SP).

A reforma também não deverá ser muito ampla, como a de fevereiro do ano passado, quando foram substituídos treze ministros, nem será feita de uma só vez, segundo informou um ministro muito próximo do presidente a este jornal. Segundo a mesma fonte, os ministros serão substituídos gradualmente, conforme as circunstâncias forem exigidas.

Um deputado do PFL que goza da intimidade do presidente afirma ainda que cerca de cinco ministros deverão ser substituídos, além da alteração já efetuada na Sepplan. De acordo com esse parlamentar, a reforma atingiria os ministérios do Desenvolvimento Urbano, do Interior, da Indústria e do Comércio, da Fazenda e um ministério ocupado pelo PFL, que pode ser o das Minas e Energia ou o da Educação.

Segundo o deputado João Hermann, "o presidente poderá ainda ser convencido por um importante grupo de lideranças do PMDB e do PFL a definir primeiro um projeto político para só então reformular o Ministério". João Hermann acredita que será preciso reformular os compromissos com a Nação e reeditar, no governo, a Aliança Democrática. Depois desse compromisso, firmado com as principais forças políticas do País, Sarney poderá reformular o Ministério e ter fixado o prazo de seu mandato. Se Sarney não firmar um pacto político, acredita João Hermann que o clamor pelas eleições diretas virá muito antes do término da Constituinte.

Dentro do grupo que defende essa tese de pacto político estão o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e as principais lideranças do PMDB, segundo afirma João Hermann, entre elas o deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas. O parlamentar acredita que essa proposta poderá ser bem recebida pelo presidente, que se vê às voltas com toda a sorte de dificul-

dades ao tentar montar o Ministério com base na influência dos governadores.

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, está provocando uma rebelião na bancada mineira, ao tentar retirar um nome entre os parlamentares para ocupar um ministério menor, provavelmente o de Desenvolvimento Urbano. Cardoso acredita que será atendido pelo presidente e conseguirá fazer essa indicação, além de ter nomeado Aníbal Teixeira para a Secretaria do Planejamento. Foi isso, pelo menos, que ele confessou a vários deputados depois de inúmeros contatos com o presidente nos últimos dias.

Agora, o governador Orestes Quercia deseja indicar o deputado Ralph de Biasi para o Ministério da Indústria e do Comércio, como o aval de Cardoso, dentro de um acordo político feito pelos dois governadores. O nome de Biasi, no entanto, vem sofrendo resistências dentro do governo e o ministério passou a ser cogitado para Minas ou Paraná, segundo revelou um deputado muito próximo ao presidente Sarney. O deputado Fernando Lyra informou que o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, poderá ser indicado para o Ministério do Interior, atendendo às reivindicações dos governadores nordestinos. Costa Couto, segundo Lyra, poderá ser indicado para presidir a Caixa Econômica Federal.

Cardoso critica teses do PMDB para reforma

por Francisco Stella Fogó de Brasília

Ainda é cedo para fazer reforma agrária no Brasil. O Brasil não tem recursos e o homem do campo não está preparado para isso. E criminoso desapropriar áreas que estão produzindo. As tentativas até agora feitas pelo governo apenas conseguem assustar o produtor rural e desestimular a produção.

Essas ideias opõem-se frontalmente ao programa do PMDB. Foram, no entanto, veementemente defendidas ontem por um dos mais ostensivos aspirantes do partido ao cargo de relator da comissão da ordem econômica da Constituinte, o deputado Roberto Cardoso Alves. Como alternativa, caso não alcance esse objetivo, Cardoso Alves disputa o cargo de relator da subcomissão de política agrícola e de reforma agrária, que igualmente garante o direito de assento da comissão de sistematização.

Em debate promovido pela Universidade Nacional de Brasília (UnB), de que participaram também os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Vicente Bogo (PMDB-RS), Fernando Santana (PCB-BA) e Amauri Müller (PDT-RS), Roberto Cardoso Alves sustentou que o problema social não está no campo, mas apenas nas cidades.

Declarou que considera "discriminatória" a diretriz fixada em setembro do ano passado no congresso nacional do PMDB que postula a limitação em trezentos módulos fiscais a área máxima para a propriedade ou a posse da terra rural.

A tarde, no plenário da Constituinte, Cardoso Alves declarou que o Ministério da Reforma Agrária "agita a sociedade, atrai uns contra os outros". O discurso foi imediatamente rebatido pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA).

O papel do PMDB não é investir contra a reforma, disse Leonelli. "É exigir do governo mais investimentos na reforma agrária, ao assentamento efetivo, à transformação de um pro-

jeto de salvação nacional", afirmou, protestando contra o confronto do deputado Roberto Cardoso Alves com o programa do PMDB.

Também no debate promovido pela UnB, Cardoso Alves conquistou a unanimidade dos demais constituintes presentes contra as posições que defendeu. Plínio Sampaio reportou-se a estudos do PT concluindo que no Brasil o programa que exige menos recursos para distribuir renda é a reforma agrária.

Fernando Bogo procurou explicar o sentido do programa do PMDB sobre reforma agrária, que, conforme explicou, foi incorretamente interpretado por Cardoso Alves. A política agrícola, disse, deve ser apêndice da reforma agrária, e não o contrário. O latifúndio, propôs, independentemente de ser produtivo ou improdutivo, pode ser desapropriado para dar melhores condições de vida ao homem do campo. Cardoso Alves não admite a desapropriação do que denomina "propriedades produtivas". As áreas inexploradas, segundo Bogo, devem ser confiscadas.

Resposta do presidente: "Linos jornais"

"Linos jornais", foi a resposta que o presidente José Sarney deu ao deputado fluminense, Márcio Braga, PMDB, ao ser indagado se a reforma ministerial está pronta e prestes a ser iniciada. O diálogo foi durante audiência que Sarney concedeu à bancada do PMDB do Rio.

"Eu me dirigi a ele e indaguel: presidente, vou dar uma de repórter. A reforma ministerial sai mesmo?" narrou Braga após a audiência, dizendo que, em resposta, Sarney lhe informou tomar conhecimento disso pelos jornais, conforme mencionou a EBN.

Os treze deputados da bancada aproveitaram, enquanto aguardavam a audiência, para escolher, por votação, os seus integrantes da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte. Foi eleito o deputado Gustavo de Faria, ficando Denisar Arneiro como primeiro suplente e Jorge Leite com a segunda suplência.

REFORMA AGRÁRIA

Em debate promovido pela Universidade Nacional de Brasília (UnB), de que participaram também os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Vicente Bogo (PMDB-RS), Fernando Santana (PCB-BA) e Amauri Müller (PDT-RS), Roberto Cardoso Alves sustentou que o problema social não está no campo, mas apenas nas cidades.

Declarou que considera "discriminatória" a diretriz fixada em setembro do ano passado no congresso nacional do PMDB que postula a limitação em trezentos módulos fiscais a área máxima para a propriedade ou a posse da terra rural.

A tarde, no plenário da Constituinte, Cardoso Alves declarou que o Ministério da Reforma Agrária "agita a sociedade, atrai uns contra os outros". O discurso foi imediatamente rebatido pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA).

O papel do PMDB não é investir contra a reforma, disse Leonelli. "É exigir do governo mais investimentos na reforma agrária, ao assentamento efetivo, à transformação de um pro-

PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Na Constituinte, Cardoso Alves defendeu o pagamento de indenização em qualquer caso de desapropriação para reforma agrária. O programa do seu partido estabelece que o valor da indenização não poderá ultrapassar o valor declarado para efeito de tributação.

Cardoso Alves defendeu o pagamento de indenização por "melhorias" introduzidas pelo proprietário.

Se a nova Constituição deixar o caminho aberto para o pagamento de indenização pelo valor de mercado das propriedades rurais, ponderou o deputado Fernando Santana, então a reforma agrária não será reforma agrária, mas um grande negócio agrário. O PCB, disse, não recela revolução.

Mas está convencido de que hoje não há condições revolucionárias. E sem modificações sérias nos dispositivos constitucionais vigentes sobre reforma agrária, prevê, será criada uma situação explosiva.

REPOSTA DO PRESIDENTE

"Linos jornais"

"Linos jornais", foi a resposta que o presidente José Sarney deu ao deputado fluminense, Márcio Braga, PMDB, ao ser indagado se a reforma ministerial está pronta e prestes a ser iniciada. O diálogo foi durante audiência que Sarney concedeu à bancada do PMDB do Rio.

"Eu me dirigi a ele e indaguel: presidente, vou dar uma de repórter. A reforma ministerial sai mesmo?" narrou Braga após a audiência, dizendo que, em resposta, Sarney lhe informou tomar conhecimento disso pelos jornais, conforme mencionou a EBN.

Os treze deputados da bancada aproveitaram, enquanto aguardavam a audiência, para escolher, por votação, os seus integrantes da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte. Foi eleito o deputado Gustavo de Faria, ficando Denisar Arneiro como primeiro suplente e Jorge Leite com a segunda suplência.